

STJ00113745

MICHELLE LUCAS CARDOSO BALBINO

**A ARTICULAÇÃO ENTRE A PARTICIPAÇÃO
SOCIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL
CORPORATIVA (RSC) NA PREVENÇÃO DE
IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS**

Londrina/PR
2021


THOTH
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)**



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Balbino, Michelle Lucas Cardoso.
A articulação entre a participação social
e a responsabilidade social corporativa
(RSC) na prevenção de impactos
socioambientais / Michelle Lucas
Cardoso • Balbino. – Londrina, PR:
Thoth, 2021.

464 p.

Bibliografias: 387-429

ISBN 978-65-5959-097-1

1. Direito Internacional Público. 2. Direito
Transnacional. 3. Responsabilidade Social
Corporativa. I. Título.

CDD 341.1

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: Anderson Hander Brito Xavier

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago
Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur
Bezerra de Souza Junior

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Internacional Público : 341.1

Conselho Editorial (Gestão 2021)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior
• Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur
Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto
Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart
Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof.
Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio
Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr.
Guilherme Wunsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão
• Prof. Me. Júlio Alves Caixeta Júnior • Prof. Esp.
Marcelo Pichioli da Silveira • Prof.ª. Dra. Marcia
Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham
Desiderato • Prof.ª. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa
Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes •
Prof. Dr. Zulmar Fachin

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por
seus autores.

SUMÁRIO

SOBRE A AUTORA	7
AGRADECIMENTOS	11
APRESENTAÇÃO.....	17
PREFÁCIO	23
LISTA DE TABELAS.....	25
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	27
LISTA DE ABREVIATURAS.....	29
INTRODUÇÃO	37
CAPÍTULO 1	
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA A VINCULAÇÃO DA RSC À PREVENÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS POR MEIO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL	63
1.1 A duplicidade de métodos necessária para a inclusão da participação social como meio de prevenir impactos socioambientais na RSC.....	64
1.1.1 Método <i>top-down</i> para a definição do arcabouço normativo da participação social aplicável à RSC na prevenção de impactos socioambientais.....	65
1.1.2 O método <i>bottom-up</i> como alternativa para a construção participativa da RSC através de múltiplos casos	67
1.2 Teorias de análise para incorporar as partes interessadas à prevenção de impactos socioambientais pelas empresas	73
1.2.1 A aplicação da Teoria do Direito em Rede no reposicionamento normativo para a inclusão das partes interessadas na construção da RSC ...	74
1.2.2 A Teoria da Análise de Conteúdo na definição de estratégias participativas para a prevenção de impactos socioambientais na aplicação da RSC.....	76
1.3 Conclusões parciais	78

CAPÍTULO 2

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO MECANISMO DE (RE)DEFINIÇÃO DA RSC PARA A PREVENÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS...79

2.1 A participação social na prevenção de impactos socioambiental garantida apenas pelo direito de acesso à informação: uma condição mínima para a redefinição da RSC.....	80
2.1.1 As normas de acesso à informação como pressuposto para a garantia da participação social das partes interessadas	80
2.1.1.1 As normas de acesso à informação como condição <i>sine qua non</i> para a efetivação da participação social.....	81
2.1.1.2 A devolutiva às partes interessadas como principal ponto de evolução no conjunto de normas socioambientais.....	97
2.1.2 Direito ao acesso à informação para além de um dever do Estado, também um compromisso empresarial.....	114
2.1.2.1 Um compromisso oriundo das responsabilizações para com terceiros.....	115
2.1.2.2 Um compromisso reconhecido pelo mundo empresarial.....	126
2.1.3 O sigilo comercial como principal limite à ampliação do acesso à informação corporativa	136
2.1.4 Conclusões parciais	148
2.2 A reestruturação normativa da participação social para a prevenção de impactos socioambientais: um novo passo na redefinição da RSC	150
2.2.1 Dos instrumentos jurídicos de participação social na construção <i>top-down</i> da RSC pelas normas de empresas e direitos humanos	151
2.2.1.1 Da existência de instrumentos jurídicos de participação social pautados em padrões internacionais de RSC.....	153
2.2.1.2 A política pública brasileira de empresas e direitos humanos na construção da RSC pela participação social.....	163
2.2.2 Dos instrumentos jurídicos de participação social na construção <i>bottom-up</i> da responsabilidade social corporativa (RSC).....	174
2.2.2.1 Dos instrumentos de participação social direta na construção bottom-up da RSC.....	174
2.2.2.2 Dos instrumentos de participação social indireta na construção bottom-up da RSC.....	240
2.2.3 O reposicionamento normativo da participação social em rede para o aprimoramento da RSC.....	260
2.2.3.1 O reposicionamento gradual das normas jurídicas do modelo piramidal para o modelo do direito em redes.....	261
2.2.3.2 A aplicação do direito em rede na participação social como melhor alternativa para a redefinição da RSC.....	265

2.2.4 Conclusões Parciais	271
---------------------------------	-----

CAPÍTULO 3

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO MÉTODO VINCULATÓRIO DA RSC NA PREVENÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS.....	275
3.1 Os limites da participação social para vincular a RSC à prevenção de impactos socioambientais: o debate para a criação de um método.....	276
3.1.1 A ausência de externalização de interesse das comunidades na participação social (vontade).....	276
3.1.1.1 Uma realidade constatada em comunidades de especial proteção..	277
3.1.1.2 Uma consequência resultante da perseguição dos defensores..	283
3.1.2 A insuficiência de recursos (técnicos, científicos e financeiros) das partes interessadas (conhecimento).....	291
3.1.3 A inexpressiva capacidade de influenciar das comunidades locais nas atividades empresariais (poder).....	298
3.1.4 Conclusões parciais	305
3.2 A função vinculatória da participação social como método de superação dos limites para a prevenção de impactos socioambientais pela RSC.....	306
3.2.1 A função vinculatória da participação social para influenciar as decisões empresariais: a definição do método.....	307
3.2.2 As razões da função vinculatória da participação social na redefinição jurídica da RSC para a prevenção de impactos socioambientais: a fundamentação do método.....	312
3.2.2.1 A proteção dos defensores como condição necessária para a superação da ausência de externalização de interesse das comunidades na participação social.....	313
3.2.2.2 A vulnerabilidade das partes interessadas como justificativa para tornar a participação social um método vinculatório na construção jurídica da RSC.....	326
3.2.3 A redefinição da RSC para a prevenção de impactos socioambientais alicerçada nos níveis de participação social: a construção do método.....	333
3.2.3.1 A vontade das partes interessadas como impulso preliminar da participação social: a definição do nível primário	333
3.2.3.2 O conhecimento técnico/científico na intensificação dos níveis de participação social: a existência de um segundo nível condicionado ao auxílio de terceiros.....	342
3.2.3.3 O direito de veto das partes interessadas: o terceiro nível de participação social para a efetivação do poder de influenciar pela licença social para operar compulsória.....	351
3.2.4 Conclusões parciais	369

CONCLUSÕES.....	371
GLOSSÁRIO	381
REFERÊNCIAS	
Doutrinas e relatórios	387
Normas	407
Julgados e decisões de comissões.....	417
Acordos de investimentos	424
APÊNDICE I	
Acordos de investimentos com cláusulas de RSC pesquisados	431
APÊNDICE II	
Documentos empresariais pesquisados	435
APÊNDICE III	
Formulário de coleta de dados documentos empresariais.....	449
APÊNDICE IV	
Guia de aperfeiçoamento da RSC: a Participação Social nos Códigos de Ética e Conduta	453